



Acampamento da Total em Afungi.

Créditos: mzing.total

PRESSIONADO PELAS EXIGÊNCIAS DA TOTAL

Governo de Nyusi corre atrás de soluções para travar aproximação dos insurgentes a Afungi

Pressionado pela petrolífera Total que exige garantias claras de segurança em Afungi, o Governo de Filipe Nyusi está numa corrida contra o tempo para encontrar uma solução que viabilize a continuidade dos projectos de gás da bacia do Rovuma. Nas suas mais recentes incursões pelo Distrito de Palma, os insurgentes foram travados nas imediações de Afungi, o centro das operações petrolíferas. Os alarmes soaram e a Total E&P Mozambique Area 1, operador do projecto Mozambique LNG, evacuou parte do seu acampamento, uma das medidas do protocolo de segurança. Algumas empresas que prestam serviços seguiram-lhe o exemplo e retiraram o seu pessoal, paralisando parte das actividades.

A aproximação dos insurgentes a Afungi acontece cinco meses depois de a Total ter assinado um memorando de entendimento com o Governo relativo à segurança na área onde decorrem as operações petrolíferas do projecto Mozambique LNG. À luz do acordo, o Governo destacou perto de mil efectivos da

Unidade de Intervenção Rápida (UIR) e das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) para Afungi e, em compensação, a Total garante o pagamento de subsídios e a criação de condições logísticas.

Designado "Força-Tarefa Conjunta", o contingente das FDS é responsável pela segurança dentro do perímetro da área

concessionada. Entretanto, o avanço dos insurgentes até às portas de Afungi destampou a vulnerabilidade dos projectos de GNL a ataques dos extremistas. Aliás, face ao crescente risco de incursões na área adjacente ao acampamento, a Total condiciona a retomada em pleno das actividades à apresentação, pelo Governo de Moçambi-

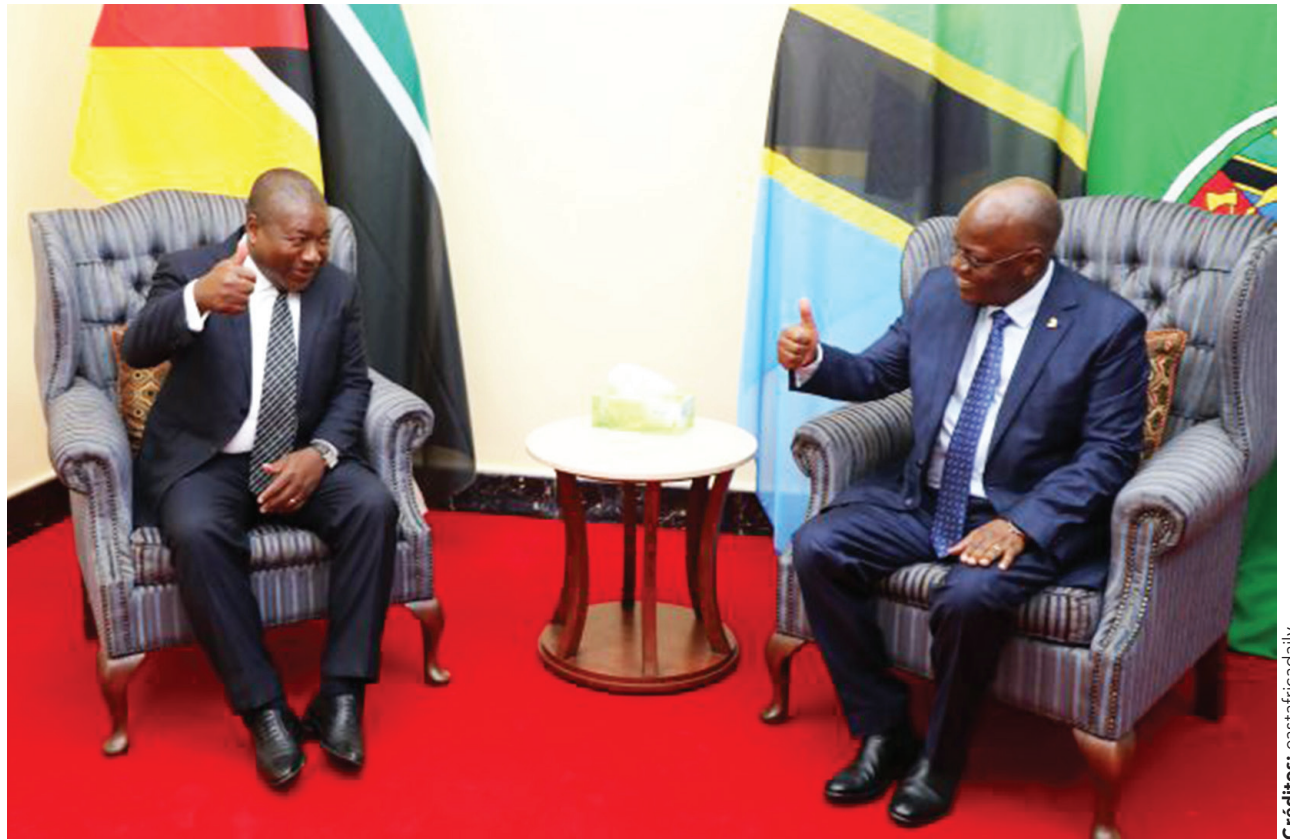
que, de garantias de segurança do pessoal e das instalações.

Na semana passada, os responsáveis pelo sector de segurança da Total viajaram até Maputo para discutir com as autoridades moçambicanas questões relativas à segurança em Afungi. Não se sabe se houve ou não compromisso ou garantia do Governo de reforçar a segurança na península de Afungi, principal exigência da francesa Total.

Já na segunda-feira, o Presidente da República viajou para Tanzânia onde discutiu com o seu homólogo John Magufuli formas de conter o extremismo violento nos dois países. Os insurgentes estrangeiros (tanzanianos, somalis, congoleses, ruandeses, ugandeses e burundeses) que actuam em Cabo Delgado entram em Moçambique através da fronteira comum com a Tanzânia, por isso um acordo político entre os dois Estados é imprescindível para travar a expansão e a intensificação da violência armada no norte do País.

Na conferência de imprensa que concedeu no Aeroporto de Pemba, Filipe Nyusi evitou mencionar os resultados das discussões sobre questões de segurança, principal motivo da visita de um dia à Tanzânia. A visita acontece uma semana antes da realização da cimeira extraordinária da SADC em Maputo, cuja agenda única é o extremismo violento em Cabo Delgado. Entretanto, a cimeira corre o risco de ser adiada devido à nova vaga da Covid-19 que já forçou vários governos da região, incluindo de Moçambique, a apertar as medidas de prevenção e combate à pandemia.

Na sua deslocação à Tanzania, Nyusi fez-se acompanhar pelo Comandante-Geral da Polícia, Bernardino Rafael, e pelo Comandante do Posto do Comando Operacional Norte, o Major-General Eugénio Mussa. É a primeira viagem ao exterior dedicada a questões de segurança em que o Presidente da República inclui na sua comitiva uma alta patente das FADM, um gesto que sinaliza o poder que os militares estão a ganhar no comando das



Filipe Nyusi foi à Tanzânia discutir questões de segurança com o seu homólogo John Magufuli

operações em Cabo Delgado.

Antes da indicação do Major-General Eugénio Mussa para liderar as operações de combate contra o extremismo violento, o comando operacional era dominado pelas altas patentes da Polícia. Esta situação manteve-se mesmo depois o Conselho Nacional de Defesa e Segurança (CNDS) concluir, no dia 23 de Abril, que os ataques em Cabo Delgado constituem uma agressão externa perpetrada por terroristas.

Com a declaração de que Moçambique estava a ser alvo de agressão externa de natureza terrorista, era expectável que o Governo passasse o comando operacional às FADM, entidade responsável pela defesa do território nacional contra todas as formas de ameaça ou agressão, incluindo de natureza terrorista, conforme a Lei 17/97, de 1 de Outubro, que aprova a Política de Defesa e Segurança.

No seu artigo 7, a Lei 17/97, de 1 de Ou-

tubro, define a Defesa Nacional como “a actividade desenvolvida pelo Estado e pelos cidadãos, que visa assegurar a independência e a unidade nacional, preservar a soberania, a integridade e a inviolabilidade do país e garantir o funcionamento normal das instituições e a segurança dos cidadãos contra qualquer ameaça ou agressão armada”. Já no artigo 8, a lei supracitada estabelece, porém, que a componente militar da Defesa Nacional é assegurada pelas FADM.

Com a liderança do Comando Operacional Norte nas mãos das FADM, deverá aumentar o número de militares em Cabo Delgado, o que vai introduzir uma nova dinâmica na abordagem do conflito. Pelo tipo de treinos físicos e psicológicos a que são submetidos, os militares estão melhor preparados para combater em condições adversas do que os efectivos da UIR, que neste momento são a maioria nas matas de Cabo Delgado.

EUA voltam a mandar um alto funcionário da Defesa para discutir terrorismo em Maputo

Apesar de manter uma postura pública avessa à intervenção de forças estrangeiras (à excepção dos mercenários) no conflito em Cabo Delgado, a verdade é que o Governo tem estado a ser pressionado pelas potências internacionais que têm interesses no gás da bacia do Rovuma. Na semana passada, os Estados Unidos de

América (EUA) mandaram para Maputo o Subsecretário da Defesa para Política, Anthony Tata, com o objectivo de discutir com as autoridades moçambicanas o apoio que Washington pode prestar na luta contra o extremismo violento em Cabo Delgado.

Anthony Tata manteve encontros com os Ministros da Defesa Nacional, Jaime Neto,

e do Interior, Amade Miquidade, e no fim as partes concordaram que era importante identificar necessidades nas áreas de treinamento, equipamento, e planeamento estratégico para trazer estabilidade à região, segundo uma nota de imprensa divulgada pela Embaixada norte-americana em Maputo. Trata-se do mesmo tipo de apoio

que o Governo de Moçambique solicitou à União Europeia, através de uma carta expedida pela Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Verónica Macamo, em Setembro de 2020.

A deslocação do Subsecretário da Defesa para Política dos EUA a Maputo acontece um mês depois da vinda do Coordenador do Bureau de Contraterrorismo no Departamento de Estado, o diplomata Nathan A. Sales, cuja missão era discutir com as autoridades moçambicanas as ameaças terroristas no País e na região. Durante os dois dias, Nathan Sales manteve reuniões com altos funcionários do Governo, onde foram discutidos os esforços em curso para combater o terrorismo ligado ao Estado Islâmico (ISIS, sigla em inglês) e a forma como os EUA podem ajudar Moçambique a melhorar suas capacidades de aplicação da lei e segurança das fronteiras.



Subsecretário da Defesa para Política dos EUA, Anthony Tata, dialogando com os Ministros Jaime Neto e Amade Miquidade

Créditos: Twitter / @USEmbassyMaputo



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para a Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beula , Agostinho Machava, Ilídio Nhantumbo, Isabel Macamo, Julião Matsinhe, Janato Jr. e Ligia Nkavando.
Layout: CDD

Contacto:
 Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

Twitter: CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

